

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023 E RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES



ENERGÉTICA
FAZENDA VELHA S/A

SUMÁRIO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	6
Balço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado.....	7
Demonstração do Resultado Abrangente.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12
1. Informações Gerais	12
2. Principais Políticas Contábeis.....	12
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	17
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	19
5. Contas a Receber.....	20
6. Repactuação do risco hidrológico	20
7. Imobilizado.....	20
8. Intangível.....	22
9. Fornecedores	24
10. Empréstimos e Financiamentos.....	24
11. Outros Passivos	26
12. Tributos Diferidos.....	26
13. Patrimônio Líquido.....	27
14. Receita Operacional Líquida.....	28
15. Custos e Despesas Operacionais.....	28
16. Resultado Financeiro.....	29
17. Imposto de Renda e Contribuição Social	30
18. Seguros.....	30
19. Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras	31

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energética Fazenda Velha S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos a demonstração financeira da **Energética Fazenda Velha S.A.** (“Fazenda Velha ou Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Fazenda Velha S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pela demonstração financeira

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação da demonstração financeira de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração da demonstração financeira, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração financeira, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo da demonstração financeira, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2024.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC SP-032267/O



Aderbal Alfonso Hoppe

Contador - CRC SC-020036/O-8 T-SP



Renato Mateus Gonçalves

Contador - CRC SC-042650/O-6

**Balço Patrimonial****Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.485	827
Contas a receber	5	2.136	2.288
Despesas pagas antecipadamente		114	96
Repactuação do risco hidrológico	6	210	210
Outros ativos		2	3
		3.947	3.424
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	4	1.764	1.813
Repactuação do risco hidrológico	6	4.833	5.043
Imobilizado	7	70.220	72.357
Intangível	8	1.190	1.226
		78.007	80.439
Total do ativo		81.954	83.863
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	115	156
Empréstimos e financiamentos	10	3.142	3.110
Obrigações sociais e trabalhistas	11	88	98
Obrigações tributárias	11	161	151
Dividendos a pagar	13	433	-
Encargos setoriais	11	5	5
		3.944	3.520
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	41.278	44.003
Tributos diferidos	12	230	224
		41.508	44.227
Patrimônio líquido			
Capital social	13	34.790	34.790
Reserva legal		187	97
Reservas de lucros		1.525	1.229
		36.502	36.116
Total do passivo e patrimônio líquido		81.954	83.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	14.154	15.823
Custos operacionais	15	<u>(7.020)</u>	<u>(8.369)</u>
Lucro bruto		7.134	7.454
Despesas operacionais	15	<u>(453)</u>	<u>(456)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.681	6.998
Outros resultados operacionais		(1)	22
Resultado financeiro	16	<u>(4.321)</u>	<u>(4.435)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.359	2.585
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(540)</u>	<u>(656)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.819</u>	<u>1.929</u>
Lucro líquido por ações		<u>0,052</u>	<u>0,055</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.819	1.929
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>1.819</u>	<u>1.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reservas de lucro</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34.790	-	447	-	35.237
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.929	1.929
<i>Destinação do resultado</i>					
Reserva legal	-	97	-	(97)	-
Reservas de lucro	-	-	1.555	(1.555)	-
Dividendos	-	-	(773)	(277)	(1.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	34.790	97	1.229	-	36.116
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.819	1.819
<i>Destinação do resultado</i>					
Reserva legal	-	90	-	(90)	-
Reservas de lucro	-	-	1.296	(1.296)	-
Dividendos	-	-	(1.000)	(433)	(1.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.790	187	1.525	-	36.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
	6.249	6.260
Lucro do exercício antes dos impostos	2.359	2.585
Juros/atualização sobre empréstimos e financiamentos	2.149	2.279
Depreciações e amortizações	2.299	2.150
Baixas de itens imobilizados	50	8
Imposto de renda e contribuição social correntes	(534)	(556)
Receita com aplicações financeiras	(74)	(180)
Provisões para litígios	-	(26)
(Aumento)/redução nos ativos	345	(170)
Contas a receber de clientes	152	(392)
Impostos a recuperar	2	(3)
Despesas antecipadas	(18)	5
Repactuação do risco hidrológico	210	210
Outros créditos	(1)	10
Aumento/(redução) nos passivos	(41)	(1.972)
Fornecedores	(41)	(1.920)
Obrigações trabalhistas e encargos	-	(38)
Outras contas a pagar	-	(14)
	6.553	4.118
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(53)	50
Aplicação financeira	123	159
Aplicação em imobilizado	(176)	(109)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(5.842)	(6.084)
Pagamento de dividendos	(1.000)	(1.050)
Pagamento de juros e amortização de empréstimos	(4.842)	(5.034)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	658	(1.916)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	827	2.743
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.485	827
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	658	(1.916)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Valor Adicionado
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
1. RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14.754	16.480
Outras receitas	(1)	22
	<u>14.753</u>	<u>16.502</u>
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.893)	(4.708)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.424)	(1.237)
Outros custos operacionais	(186)	(121)
	<u>(4.503)</u>	<u>(6.066)</u>
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	<u>10.250</u>	<u>10.436</u>
4. RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(2.299)	(2.151)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	<u>7.951</u>	<u>8.285</u>
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	320	336
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	<u>8.271</u>	<u>8.621</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>8.271</u>	<u>8.621</u>
8.1. Pessoal	531	478
8.2. Impostos, taxas e contribuições	1.266	1.443
8.3. Remuneração de capitais de terceiros	4.655	4.771
8.4. Remuneração de capitais próprios	1.819	1.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais**1.1 Informação da Companhia**

A Energética Fazenda Velha S.A. (“Companhia”) foi constituída em 07 de abril de 2010, com sede no SAAN Quadra 02, Lote 1.370, 2º Andar, Parte L, Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70632-200 dispendo como objetivo específico promover todos os atos e ações necessários para garantir a participação conjunta dos acionistas, na qualidade de produtora independente de energia elétrica.

A aprovação do projeto junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, concebida em 19 de dezembro de 2011, garantiu à Companhia o direito a exploração de aproveitamentos hidrelétricos do Rio Ariranha no município de Jataí-GO, bem como, a comercialização da energia gerada na usina, com potência instalada de 16,5 MW. Esta aprovação previu que a energia elétrica produzida poderia ser comercializada ou utilizada pela Companhia.

A construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Fazenda Velha iniciou-se em setembro de 2014. A Companhia obteve da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás, a Licença de Funcionamento em 29 de janeiro de 2016. Além disso, as três unidades geradoras da PCH já possuem autorização da ANEEL e estão em operação comercial, conforme Despachos ANEEL nº 1205, 1382 e 1691, publicados no Diário Oficial da União – DOU respectivamente em 11/05/2016, 26/05/2016 e 28/06/2016.

A Companhia tem a obrigatoriedade de fornecer durante 30 anos 75,28% (6,7 MW), de sua Garantia Física (8,9 MW), para o mercado regulado, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, firmados após o Leilão ANEEL nº 10/2013, sendo que os 24,72% restantes (2,2 MW) poderão ser comercializados no mercado livre pela Companhia, operação esta que visa obtenção de excelentes resultados. Em 14 de setembro de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.932 da ANEEL, onde é estendida a outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. A Companhia teve sua outorga estendida por 853 dias conforme a Resolução.

A Companhia detém junto à ANEEL a seguinte autorização com prazo de 37 anos:

Hidrelétrica	Rio	Cidade	Ato autorizativo	Data da autorização	Vencimento da autorização	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
PCH Fazenda Velha	Rio Ariranha	Jataí-GO	Portaria MME nº 265/2014	06/06/2014	11/10/2051	16,500	16,500
						16,500	16,500

2 Principais políticas contábeis**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board -IASB”, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).



As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade classificados como circulantes quando esperada, estando que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria Executiva em 05 de março de 2024.

2.3 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa o montante em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa é preciso ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Contas a receber

Representam os valores faturados aos concessionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, comercializadoras de energia elétrica e consumidores livres, de acordo com contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no Ambiente de Contratação Regulado – ACR ou no Ambiente de Contratação Livre – ACL, assim como operações no Mercado de Curto Prazo – MCP realizadas na CCEE.



2.7 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Em conformidade aos critérios de constituição dispostos no MCSE, estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, a Administração resguarda um montante, considerado satisfatório, objetivando a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Companhia.

2.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante e os destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados ou amortizados.

2.9 Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Depreciação

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos



2.10 Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 8, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na Demonstração do Resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do final do exercício, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente. A Companhia não possui operações em moeda estrangeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.



2.13 Imposto de renda e contribuição social

São calculados e provisionados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social.

O regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à Demonstração do Resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em “Outros Ganhos (Perdas) Líquidos” no período em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros foram:

- Numerário disponível - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- Contas a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, mantidos até o vencimento, e está registrada pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e
- Empréstimos e financiamentos – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.



2.15 Fatores de risco

Os principais fatores de risco da Companhia são:

- **Risco de crédito:**
O risco de crédito da Companhia surge da possibilidade de perda que incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes;
- **Risco de taxa de juros:**
Risco da Companhia em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumenta as despesas financeiras relativas aos passivos captados. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir esse risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar necessidade de contratação; e
- **Risco quanto à escassez de energia:**
O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Energética Fazenda Velha, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

2.16 Adoção de Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- **Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual**
As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- **Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido**
As alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso,



isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos mensalmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que estas são revisadas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive para contingências trabalhistas e transações realizadas no âmbito da CCEE.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.2 Estimativas

A preparação das informações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais das transações e informações, em sua efetiva realização nos exercícios subsequentes, podem diferir das estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado/intangível e de sua recuperação nas operações;
- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências; e
- Transações realizadas no âmbito da CCEE.

3.3 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à depreciação/amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo em Caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Contas bancárias à vista	387	730
Fundos de caixa	7	6
Equivalentes de caixa ¹	1.091	91
	1.485	827
Títulos e valores mobiliários		
Fundos Vinculados	1.764	1.813
	1.764	1.813

Os Fundos Vinculados se referem à conta de reserva do serviço da dívida no valor equivalente a três parcelas do financiamento do BNDES conforme contrato, vide Nota Explicativa nº 10 – Empréstimos e Financiamentos.

5 Contas a receber

A composição por vencimento do saldo em Contas a receber é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Suprimento – CCEAL	-	789
Suprimento – CCEAR ¹	1.924	1.484
Provisão - CCEAL	134	-
Provisão de energia elétrica de curto prazo ²	78	15
	<u>2.136</u>	<u>2.288</u>

¹ Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) na modalidade quantidade de energia elétrica, firmados com distribuidoras de energia elétrica no 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013-ANEEL.

² Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01/12/2023 a 31/12/2023, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

Conforme requerido pelo CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD sobre o saldo receber em 31 de dezembro de 2023, por não identificarmos eventuais premissas para constituição.

6 Repactuação do risco hidrológico

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas pagas antecipadamente		
Ativo circulante	210	210
Ativo não circulante	4.833	5.043
	<u>5.043</u>	<u>5.253</u>

Despesa Antecipada (Prêmio de Risco – GSF)

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no ACR, o saldo do Ativo circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF no total de R\$ 6.302 mil no exercício de 2018, das competências de junho de 2016 a novembro de 2017, sendo este valor amortizável linearmente ao longo do tempo.

7 Imobilizado

A composição do saldo no Imobilizado é demonstrada a seguir:



	Taxas médias anuais de depreciação	Valor original contábil	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Geração					
Usina - Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	656	-	656	656
Reservatórios, barragens e adutoras	2,34%	26.640	(4.670)	21.970	22.566
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,22%	10.810	(1.800)	9.010	9.250
Máquinas e equipamentos	3,10%	33.823	(7.687)	26.136	27.269
Veículos	14,29%	229	(32)	197	162
Móveis e utensílios	6,25%	8	(3)	5	6
		72.166	(14.192)	57.974	59.909
Usina - Imobilizado em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		487	-	487	487
Máquinas e equipamentos		873	-	873	873
A ratear		1.467	-	1.467	1.467
Material em depósito		43	-	43	43
Adiantamento a fornecedores		674	-	674	674
Depósitos judiciais		3.092	-	3.092	3.092
Outros		105	-	105	105
		6.741	-	6.741	6.741
Sistema de transmissão de conexão - Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	2,86%	7.011	(1.506)	5.505	5.706
		7.011	(1.506)	5.505	5.706
Administração Central					
Administração Central - Imobilizado em serviço					
Móveis e utensílios	16,67%	5	(5)	-	1
		5	(5)	-	1
		85.923	(15.703)	70.220	72.357

A movimentação do Imobilizado é demonstrada a seguir:

	Líquido 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciações	Unitizações	Líquido 31/12/2023
Geração						
Usina - Imobilizado em serviço						
Terrenos	656	-	-	-	-	656
Reservatórios, barragens e adutoras	22.566	-	-	(623)	27	21.970
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.250	-	-	(240)	-	9.010
Máquinas e equipamentos	27.269	-	-	(1.169)	36	26.136
Veículos	162	-	(47)	(28)	110	197
Móveis e utensílios	6	-	-	(1)	-	5
	59.909	-	(47)	(2.061)	173	57.974
Usina - Imobilizado em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras	487	27	-	-	(27)	487
Máquinas e equipamentos	873	39	(3)	-	(36)	873
Veículos	-	110	-	-	(110)	-
A ratear	1.467	-	-	-	-	1.467
Material em depósito	43	-	-	-	-	43
Adiantamento a fornecedores	674	-	-	-	-	674
Depósitos judiciais	3.092	-	-	-	-	3.092
Outros	105	-	-	-	-	105
	6.741	176	(3)	-	(173)	6.741
Sistema de transmissão de conexão - Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	5.706	-	-	(201)	-	5.505
	5.706	-	-	(201)	-	5.505
Administração Central						
Administração Central - Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	1	-	-	(1)	-	-
	1	-	-	(1)	-	-
	72.357	176	(50)	(2.263)	-	70.220

Valor recuperável de ativos

Anualmente, a PCH revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.



Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso refere-se, principalmente, ao canteiro de obras e as estruturas de usinas e redes de transmissão utilizadas na geração e distribuição da energia elétrica. A rubrica “A ratear” destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direto pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A Administração reconhece que a alocação dos custos foi realizada na unitização da usina, sendo rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratear.

Atualmente, há uma proposta para reabertura da unitização ocorrida em agosto de 2016 para regularizar parte dos valores que foram originários de custos adicionais não previstos para finalização da obra, ainda pendentes de unitização. Esta regularização depende de anuência prévia da ANEEL, e, acarretará custos retroativos com depreciação, desde agosto de 2016 até a efetiva transferência para o Imobilizado em Serviço.

Bens vinculados à autorização

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à autorização, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na autorização.

8 Intangível

O saldo do intangível é composto por direitos de servidão de passagem, do qual sua vida útil é indefinida, softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, que teve sua recuperação analisada de acordo com o pronunciamento técnico “CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos” e outros.

A composição dos saldos no Intangível é demonstrada a seguir:

	Taxas médias anuais de amortização	Valor original contábil	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Geração					
Usina - Intangível em serviço					
Servidões	-	183	-	183	183
Outros	-	1.091	(84)	1.007	1.043
		1.274	(84)	1.190	1.226
Intangível em serviço					
Softwares	20%	62	(62)	-	-
		62	(62)	-	-
		1.336	(146)	1.190	1.226



A movimentação do Intangível é demonstrada a seguir:

	Líquido 31/12/2022	Amortizações	Líquido 31/12/2023
Geração			
Usina - Intangível em serviço			
Servidões	183	-	183
Outros	1.043	(36)	1.007
	<u>1.226</u>	<u>(36)</u>	<u>1.190</u>

Intangível em serviço – Direito contratual de extensão de outorga

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A lei teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e iii. por geração fora da ordem de mérito e importação. Compensação essa que ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: i. desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, ii. renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, iii. não ter repactuado o risco hidrológico. Em 02 de março de 2021, a CCEE encaminhou à Aneel os cálculos de extensão das concessões do Ambiente de Comercialização Livre – ACL que optarem por aderir às condições propostas pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020.

Em 14 de setembro de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.932 da ANEEL, onde é estendida a outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. A Companhia teve sua outorga estendida por 853 dias conforme a Resolução, e de acordo com o relatório da CCEE, teve um impacto financeiro de R\$1.091. Esse impacto consiste no reconhecimento de um ativo intangível na rubrica outros, relacionado a um direito de outorga, com base no valor justo e sendo amortizado com taxa fixa até o final da concessão.

Bens vinculados à autorização

Os bens vinculados a autorização do Ativo Intangível seguem os mesmos parâmetros dos bens vinculados a autorização do Ativo Imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, no item Bens Vinculados à Autorização. O qual consta que os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.



9 Fornecedores

O saldo de Fornecedores é relativo aos encargos de conexão à rede de distribuição, ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos utilizados na manutenção, operação e construção da PCH, e, à compra de energia elétrica. A composição do saldo em Fornecedores é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Materiais e serviços	67	60
Compra de energia elétrica - MCP	-	65
Provisão de compra de energia elétrica ¹	48	31
	<u>115</u>	<u>156</u>

¹ Vide Observação 3 da Nota Explicativa nº 5 - Contas a Receber.

10 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo em Empréstimos e financiamentos é demonstrada a seguir:

Financiador	Vencimento	Encargos financeiros anuais (%)	Moeda	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante					
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	5.564	5.722
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(3.090)	(3.274)
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	1.504	1.547
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(836)	(885)
				<u>3.142</u>	<u>3.110</u>
Não Circulante					
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	52.143	57.190
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(19.647)	(22.552)
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	14.091	15.462
(-) Encargos a transcorrer	15/01/2038	TJLP + 3,4%	Real	(5.309)	(6.097)
				<u>41.278</u>	<u>44.003</u>
				<u>44.420</u>	<u>47.113</u>

Em 24 de dezembro de 2015, ocorreu a liberação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com carência até janeiro de 2018, em 240 prestações mensais vincendas todo dia 15 e findas em 15 de janeiro de 2038. Os dados referentes aos encargos financeiros estão demonstrados a seguir:

- Taxa de juros de 3,4% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder a 6% será capitalizado no dia 15 de cada mês da vigência do contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto da Cláusula 9 do contrato; e
- O percentual ao ano acima da TJLP (remuneração), referido acima, acrescido da parcela não capitalizado da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros.

O contrato do BNDES tem como cláusula restritiva a aplicação dos recursos financeiros na obra da PCH. A garantia do contrato é através de fiança, no qual os acionistas da Companhia são os fiadores.

**Condições restritivas financeiras (covenants)**

Conforme cláusula 11 – Obrigações da Beneficiária, um dos principais covenants deste financiamento é a obrigação de manter o Índice Mínimo de Cobertura Anual do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,20. A mensuração do cálculo é realizada com base nas informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas, apresentadas ao Agente Financeiro até 30 de abril do ano subsequente ao encerramento do exercício social. Além da condição do ICSD, o contrato de financiamento exige a constituição e manutenção de conta reserva dos serviços da dívida no valor equivalente a três vezes a última parcela de prestação vencida, incluindo principal e juros, classificada sob a rubrica Fundos vinculados no Balanço Patrimonial.

	<u>31/12/2023</u>
GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE	
(+) LAJIDA (EBITDA)	8.980
(-) Imposto de renda e contribuição social devido no exercício	(109)
	<u>8.871</u>
SERVIÇO DA DÍVIDA	
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal	2.474
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Juros	4.842
	<u>7.316</u>
ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA - ICSD	<u><u>1,22</u></u>
EBITDA	
(+) Lucro Líquido	1.819
(+/-) Despesas (receita) financeira líquida	4.321
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	540
(+) Depreciações e amortizações	2.299
(+/-) Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais	1
	<u>8.980</u>

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é demonstrada a seguir:

Financiador	31/12/2022	Juros	Correção	Amortização	Encargos pagos	31/12/2023
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	37.086	3.272	371	(1.947)	(3.812)	34.970
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	10.027	880	100	(527)	(1.030)	9.450
	<u>47.113</u>	<u>4.152</u>	<u>471</u>	<u>(2.474)</u>	<u>(4.842)</u>	<u>44.420</u>

A previsão de amortização do saldo em Empréstimos e Financiamentos é demonstrada a seguir:

Financiador	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Banco do Brasil S.A. - Variação 001	2.474	2.474	2.474	2.474	25.074	34.970
Banco do Brasil S.A. - Variação 002	669	669	669	668	6.775	9.450
	<u>3.143</u>	<u>3.143</u>	<u>3.143</u>	<u>3.142</u>	<u>31.849</u>	<u>44.420</u>

**11 Outros passivos**

A composição do saldo em Outros passivos circulantes e não circulantes é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações sociais e trabalhistas		
Folha de pagamento líquida	19	25
Provisão de férias	38	40
INSS e provisão de INSS sobre 13º salário e férias	18	19
FGTS e provisão de FGTS sobre 13º salário e férias	6	6
Tributos retidos na fonte	7	8
	<u>88</u>	<u>98</u>
Obrigações tributárias		
Imposto de renda	64	59
Contribuição social	45	43
PIS	8	7
COFINS	37	35
IRRF e CSRF	7	7
	<u>161</u>	<u>151</u>
Encargos setoriais		
TFSEE ¹	5	5
	<u>5</u>	<u>5</u>

¹ A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, a TFSEE constitui receita para custeio das atividades da ANEEL. A TFSEE é cobrada pela União, por meio da ANEEL, e, tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia deste Órgão Regulador.

12 Tributos diferidos

A composição dos saldos em Tributos diferidos é formada pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Diferenças temporárias		
Imposto de renda diferido ¹	131	109
Contribuição social diferida ¹	52	46
PIS diferido ²	8	12
COFINS diferida ²	39	57
	<u>230</u>	<u>224</u>

¹ Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos por competência sobre as provisões de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa, e, provisão de energia elétrica de curto prazo. Os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa só são computados na base de cálculo do imposto somente no período de apuração em que ocorrer o resgate da aplicação (regime de caixa).

² Vide Observação 3 da Nota Explicativa nº 5 – Contas a Receber.

**13 Patrimônio líquido****13.1. Patrimônio líquido**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 34.790 mil, representado por 34.790 mil ações ordinárias no valor de R\$ 1 cada. A composição do Capital Social é demonstrada a seguir:

	Percentual	31/12/2023	31/12/2022
Construtora Villela e Carvalho Ltda.	20,00%	6.958	6.958
CCN - Construções e Comércio Ltda.	20,00%	6.958	6.958
Luana - Administração & Participações Ltda.	20,00%	6.958	6.958
Companhia Celg de Participações - CELGPAR	20,00%	6.958	6.958
Hy Brazil Energia S.A.	20,00%	6.958	6.958
	100,00%	34.790	34.790

13.2. Dividendos e reservas de lucro

O lucro líquido do exercício é distribuído da seguinte forma:

- 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, da Lei nº 6.404/1976, exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital;
- Do lucro líquido do exercício diminuído da reserva legal, 25% serão destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- O restante do lucro líquido do exercício terá como destinação a reserva de retenção de lucros. Essa reserva tem por finalidade financiar projetos de investimentos da Companhia, ou, ser utilizada conforme determinação dada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

	31/12/2023
Constituição de Reserva Legal - 5%	90
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	433
Constituição de Reserva de Retenção de lucros	1.296
Lucro líquido do exercício	1.819



14 Receita operacional líquida

A composição do saldo da Receita operacional líquida por natureza é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de operações com energia elétrica		
Suprimento - CCEAL	1.707	2.574
Provisão de suprimento - CCEAL	(656)	485
Suprimento - CCEAR	13.066	12.325
Provisão de suprimento - CCEAR	75	97
Energia elétrica de curto prazo	572	999
Provisão de energia elétrica de curto prazo ¹	(10)	-
	<u>14.754</u>	<u>16.480</u>
(-) Tributos sobre a Receita		
PIS	(100)	(103)
PIS diferido ¹	4	(4)
COFINS	(459)	(477)
COFINS diferida ¹	18	(17)
	<u>(537)</u>	<u>(601)</u>
(-) Encargos do consumidor		
TFSEE ²	(63)	(56)
	<u>(63)</u>	<u>(56)</u>
	<u>14.154</u>	<u>15.823</u>

¹ Vide Observação 3 da Nota Explicativa nº 5 - Contas a Receber.

² Vide Observação 1 da Nota Explicativa nº 11 - Outros Passivos.

15 Custos e despesas operacionais por natureza

A composição do saldo dos Custos e despesas operacionais por natureza é demonstrada a seguir:

	<u>Custos operacionais</u>	<u>Despesas operacionais</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Custos operacionais</u>	<u>Despesas operacionais</u>	<u>31/12/2022</u>
Energia comprada para revenda	(2.139)	-	(2.139)	(4.009)	-	(4.009)
Provisão de energia comprada para revenda	(22)	-	(22)	8	-	8
Prêmio de risco - GSF	(197)	-	(197)	(197)	-	(197)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(535)	-	(535)	(510)	-	(510)
Pessoal	(415)	(223)	(638)	(325)	(258)	(583)
Materiais	(225)	-	(225)	(127)	-	(127)
Serviços de terceiros	(978)	(221)	(1.199)	(922)	(188)	(1.110)
Arrendamentos e Aluguéis	(14)	-	(14)	(2)	-	(2)
Seguros	(178)	-	(178)	(171)	-	(171)
Provisão para litígios trabalhistas	-	-	-	18	-	18
Provisão para litígios fiscais	-	-	-	-	8	8
(-) Recuperação de despesas	7	-	7	50	3	53
Tributos	(16)	(3)	(19)	(11)	(12)	(23)
Depreciação	(2.261)	(2)	(2.263)	(2.114)	(1)	(2.115)
Amortização	(36)	-	(36)	(36)	-	(36)
Gastos diversos	(11)	(4)	(15)	(21)	(8)	(29)
	<u>(7.020)</u>	<u>(453)</u>	<u>(7.473)</u>	<u>(8.369)</u>	<u>(456)</u>	<u>(8.825)</u>

Compra de energia elétrica de curto prazo no âmbito da CCEE



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Outorgada efetuou a comercialização de energia elétrica de curto prazo no âmbito da CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compra de energia		
Energia comprada para revenda - MRE/PLD ¹	(1.090)	(995)
Provisão de energia comprada para revenda ²	(22)	8
Energia comprada para revenda - CCEAL	-	(2.024)
Prêmio de risco hidrológico ³	(1.049)	(990)
	<u>(2.161)</u>	<u>(4.001)</u>

¹ Situação normal: Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, foram determinados pela CCEE e referendados pela empresa.

² Situação excepcional: Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01/12/2023 a 31/12/2023, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

Pessoal

A composição dos gastos com Pessoal por natureza é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal		
Remuneração	(406)	(396)
Encargos - INSS	(107)	(105)
Encargos - FGTS	(37)	(30)
Outros benefícios correntes	(80)	(52)
Rescisões	(8)	-
	<u>(638)</u>	<u>(583)</u>

16 Resultado financeiro

A composição do saldo do Resultado financeiro por natureza é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	98	295
Provisão de receita com aplicações financeiras	140	30
Multas e acréscimos moratórios	88	11
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(6)	(2)
	<u>320</u>	<u>334</u>
(-) Despesas financeiras		
Juros e variação monetária - moeda nacional		
Juros	(4.152)	(4.430)
Variações monetárias	(471)	(336)
Variações monetárias	(18)	(3)
	<u>(4.641)</u>	<u>(4.769)</u>
	<u>(4.321)</u>	<u>(4.435)</u>



17 Imposto de renda e contribuição social

A composição do saldo do Imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Contribuição social corrente	(182)	(202)
Imposto de renda corrente	(330)	(376)
	(512)	(578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contribuição social diferida ¹	(6)	(22)
Imposto de renda diferido ¹	(22)	(56)
	(28)	(78)
	(540)	(656)

¹ Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos por competência sobre a provisão de energia elétrica de curto prazo.

As provisões para créditos/débitos fiscais são constituídas nos casos em que sua recuperação/tributação futura seja efetivamente garantida. Normalmente, as provisões ativas/passivas para créditos/débitos fiscais podem ser constituídas sobre certas condições e com certas exceções, com relação à seguinte base: Diferenças temporárias ocorridas na base de cálculo dos tributos devidos (não dedutíveis/tributáveis no período corrente, porém possivelmente dedutíveis/tributáveis em períodos futuros).

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operações com energia elétrica	15.345	16.480
Presunção do lucro	8%	8%
Base tributável	1.228	1.318
Outras receitas	187	156
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Tributos à alíquota nominal	(481)	(501)
IR/CS Receita Diferida	(59)	(155)
Despesas no resultado do exercício	(540)	(656)
Tributos correntes	(384)	578
Tributos diferidos	(28)	78
Alíquota efetiva	34%	34%

18 Seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros e a suficiência da cobertura não é escopo do trabalho dos nossos auditores.



Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes apólices de seguro, especificadas por modalidade de risco e data de vigência:

Risco	Seguradora	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio	Despesa reconhecida no resultado	Saldo em despesas antecipadas
Operacional	Tokio Marine	27/01/2023 a 27/01/2024	5.000	7	6	1
Operacional	Mapfre Seguros	18/08/2022 a 18/08/2023	78.061	179	66	113
Veículos	Porto Seguro	30/01/2023 a 30/01/2024	100% FIPE	10	9	1
			83.061	196	81	115

19 Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias

Esta autorização é de competência da Diretoria, tendo sido as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 aprovadas em 05 de março de 2024

Eduardo de Oliveira Villela
Diretor Presidente
CPF nº 271.136.801-78

Camilla Juliana Gosenheimer
Contadora - CRC 026298/O-9 GO
CPF nº 700.644.611-22